

Organização do Trabalho Pedagógico antirracista

“Mas eu queria um cabelo esticado,
só para receber um carinho na cabeça mesmo.
Percebo que todo mundo sempre passa a mão na cabeça
da sobrinha da professora,
fazendo um carinho no sentido do crescimento do cabelo,
que é de cima para baixo,
mas o meu cresce de baixo para cima,
então acho que as pessoas ficam confusas e não sabem como fazer”
(Carine, 2023, p. 25).

Lucimara Morais
Profª Drª em Educação
Mestrado em Educação
Especialista em Políticas Públicas,
Educação Corporativa e Didática
Pedagoga

A Organização do Trabalho Pedagógico é uma construção coletiva e intencional da escola, que busca articular currículo, avaliação, gestão e práticas de sala de aula em torno de um projeto educativo. Quando olhamos para essa organização a partir de uma perspectiva antirracista, abrimos espaço para questionar, historicamente, as formas de exclusão, invisibilidade e silenciamento das pessoas negras no cotidiano escolar. Ser antirracista é assumir uma postura ativa diante das desigualdades, revisando escolhas pedagógicas, materiais e discursos que naturalizaram a ideia de que apenas um padrão, quase sempre branco e eurocêntrico, deve ser considerado nas situações de representatividade. Essa forma de enxergar a vida, a partir de uma perspectiva única e homogênea, encontra fundamento na globalização. Em contrapartida, movimentos pautados pelo decolonialismo “convidam-nos a revisitar a estrutura das desigualdades econômicas e sociais de nosso tempo” (Castro, 2021, p. 61).

Tobin, Hsueh e Karasawa *apud* Mason (2015 p. 285) registram que uma cultura local fortalecida atua “como um freio para os impactos da globalização, racionalização e mudança econômica”. Esse pensamento conduzirá nossas reflexões neste caderno

pedagógico. Cada comunidade escolar é produtora de uma cultura que lhe confere uma identidade única — que, em parte, é registrada no Projeto Político-Pedagógico e, em parte, é vivenciada em pequenos, mas marcantes, gestos, como elogiar ou ser gentil apenas com determinados estudantes, como registrado na epígrafe. Assim, uma cultura escolar forte, fundamentada nos valores da democracia, da solidariedade e da equidade, pode construir uma educação antirracista.

O objetivo central dessa reflexão é pensar sobre a construção de uma escola antirracista e suas implicações para o campo da avaliação. Isso significa compreender que a avaliação praticada nas escolas deve assumir um compromisso ético com a equidade, com vistas ao combate do racismo na escola. Uma escola antirracista organiza o trabalho pedagógico de modo a garantir que a avaliação seja inclusiva.

O primeiro aspecto a ser considerado quando refletimos sobre a Organização do Trabalho Pedagógico em uma perspectiva antirracista é a representatividade. A presença ou ausência de pessoas negras na escola, principalmente em posições de liderança, nos livros didáticos e de literatura que são selecionados, nos brinquedos e até nos artefatos de colorir, influencia profundamente a construção da identidade das crianças. Morais (2023) defende que a oferta de materiais de colorir apenas com os matizes de “cor de pele” padrão (mais claras ou brancas) pode gerar rupturas ou reforçar o racismo institucional. Em contrapartida, a presença desses materiais com “cores de pele” diversas é essencial como forma de combater esse problema estrutural.

De forma semelhante, essa representatividade deve se manifestar em bonecas, princesas e heróis: quando a diversidade não aparece, a criança negra é levada a crer que sua imagem não é digna de ser representada. Garantir representatividade é, portanto, parte fundamental da Organização do Trabalho Pedagógico antirracista.

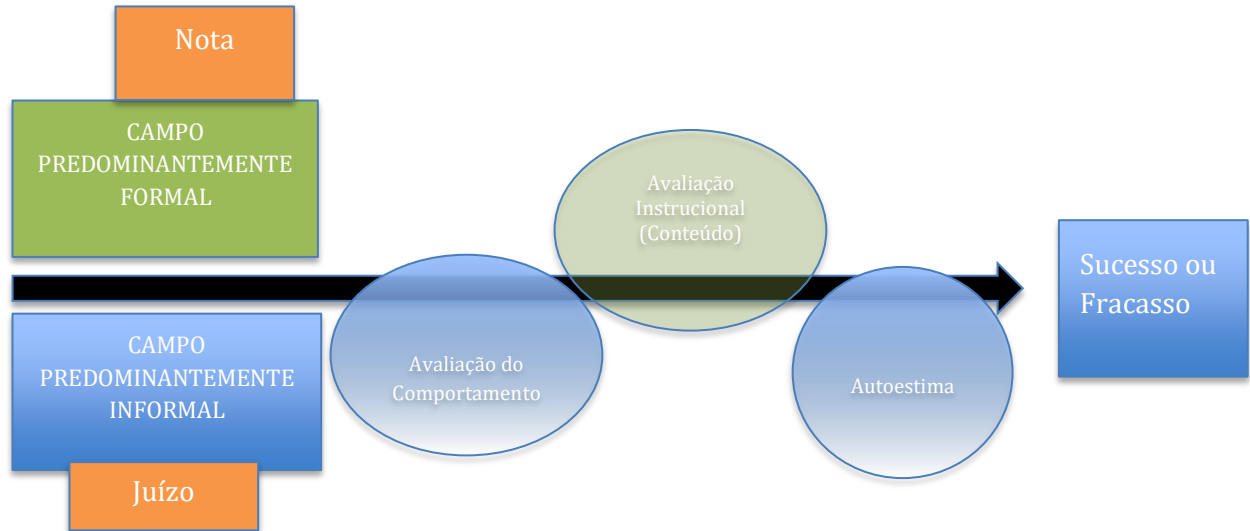
Um segundo ponto refere-se à avaliação, categoria transversal e estruturante da Organização do Trabalho Pedagógico. Quando refletimos sobre uma educação antirracista, a avaliação vivenciada nas escolas precisa ser discutida por crianças, estudantes, famílias e docentes. Villas Boas *et al.* (2025) indicam que, na escola, há diferentes formas de avaliação. Na avaliação formal, professores, estudantes e famílias vivenciam provas, registros e relatórios. Ela é mais fácil de ser identificada no contexto escolar, dada a presença histórica desses instrumentos e procedimentos nas escolas. No entanto, além da

avaliação formal, há uma outra forma igualmente relevante: a avaliação informal. Ela costuma ocorrer por meio de comentários, gestos, olhares, risos e sinais de aprovação ou reprovação. Ambas carregam sentidos e efeitos, inclusive na nota ou na menção final. Sobre esse assunto, Santos (2024) apresenta a seguinte reflexão:

A avaliação informal também repercute nas aprendizagens dos estudantes. Freitas (2014) apresenta um diagrama [...] que representa os campos predominantes da avaliação formal e informal, refletindo os diferentes aspectos avaliados pelos professores, tais como conteúdo, comportamento, valores e atitudes, cuja junção pode determinar o sucesso ou fracasso do aluno. Demonstrando que, de fato, a avaliação informal tem impacto no desempenho do estudante (Santos, 2024, p. 33).

Quando não nos debruçamos sobre a organização do trabalho pedagógico antirracista, percebemos que a avaliação informal pode reforçar desigualdades, por exemplo, ao rotular estudantes negros a partir de estereótipos pautados em práticas históricas de exclusão. Um olhar antirracista exige vigilância para que a avaliação, em todas as suas dimensões, seja orientada por princípios da avaliação formativa. Nesse sentido, a inclusão é um valor inegociável. O compromisso é com a aprendizagem de todas as pessoas, por isso, ela acontece de forma processual, identificando o que cada estudante aprendeu, o que ainda não aprendeu e quais estratégias podem favorecer seu progresso. No contexto da educação antirracista, as interações, por vezes, eivadas de práticas racistas interferem de forma real nas aprendizagens de pessoas negras. O Diagrama de Freitas (2014) apresenta essa relação entre a avaliação formal e informal.

Figura 1: Diagrama representativo do modelo interpretativo da avaliação em sala de aula



Fonte: Adaptado de Freitas (2014, p. 29).

A avaliação formal e a informal atuam para além da sala de aula, por exemplo, no Conselho de Classe. Este constitui o nosso terceiro pondo de reflexão. O Conselho de Classe se apresenta como uma instância privilegiada de diálogo entre a avaliação formal e informal, pois é nesse contexto, fundamental para a Organização do Trabalho Pedagógico, que professores, equipe pedagógica, estudantes e famílias podem refletir sobre os avanços e desafios, compartilhar percepções e definir caminhos para a recomposição de aprendizagens. Práticas como pré-conselhos, autoavaliações e participação das famílias ampliam o caráter democrático e podem fragilizar ou fortalecer a perspectiva antirracista, a depender da condução do Conselho de Classe. Por isso, é preciso construir uma cultura escolar que inclua o Conselho de Classe fundamentado em práticas de escuta, diálogo e corresponsabilidade.

Emergem desta discussão, sobre a Organização do Trabalho Pedagógico antirracista, algumas atitudes que podem ser pensadas em cada etapa da educação. Na educação infantil, por exemplo, a atenção deve recair sobre a escolha dos livros ilustrados, brinquedos e materiais de desenho, garantindo que as crianças encontrem imagens e artefatos que as representem em sua pluralidade / em sua diversidade.

Nos anos iniciais do ensino fundamental, é essencial trabalhar com histórias afro-brasileiras, valorizando datas e narrativas que afirmem a diversidade, mas sem reduzi-las

a momentos pontuais, como datas comemorativas. Nos anos finais e no ensino médio, o foco pode ser o investimento em debates sobre racismo estrutural, juventude negra e políticas afirmativas, estimulando o engajamento crítico dos estudantes. Na formação inicial de professores, nos cursos de licenciatura, cabe consolidar a educação para as relações étnico-raciais como eixo transversal, de modo que futuros docentes sejam capazes de reconhecer e enfrentar práticas discriminatórias, especialmente no campo da avaliação.

A educação antirracista precisa ser vivenciada no cotidiano escolar, e não apenas ensinada como um conteúdo isolado. Isso implica que professores, gestores e estudantes incorporem práticas, atitudes e escolhas que expressem, na vida diária da escola, o respeito à diversidade e o enfrentamento ao racismo. Trata-se de cultivar relações, revisar currículos, repensar linguagens e construir ambientes que, em cada detalhe, reforcem a valorização das identidades de pessoas negras.

A avaliação, quando vivenciada de acordo com a função formativa, precisa assumir um compromisso inegociável com o combate ao racismo nas escolas. Isso significa que cada recurso, registro ou interação avaliativa deve ser orientado pela busca da equidade, reconhecendo as desigualdades históricas que afetam estudantes negros e atuando para superá-las. A avaliação deve ser espaço de valorização das trajetórias, de escuta atenta e de reconhecimento das múltiplas formas de aprender (Villas Boas, 2019). Nesse sentido, combater o racismo no campo da avaliação é garantir que todos os estudantes sejam vistos em sua dignidade e potencial, contribuindo para a construção de uma escola democrática, inclusiva e efetivamente antirracista.

Essas reflexões nos levam a compreender que a construção de uma escola antirracista exige escolhas cotidianas, carregadas de intencionalidade. Do lápis de cor ao Conselho de Classe, das leituras ao planejamento avaliativo, cada gesto pedagógico pode contribuir para a perpetuação do racismo ou para a sua desconstrução. Cabe a nós, comunidade escolar, assumirmos o compromisso com a construção de uma cultura forte que fundamente a Organização do Trabalho Pedagógico antirracista.

Perguntas para aprofundamento

Como a escolha dos materiais escolares (livros, brinquedos, lápis de cor) pode reforçar ou combater práticas racistas?

De que forma a avaliação formativa pode ser usada para reduzir desigualdades étnico-raciais?

Quais estratégias o Conselho de Classe pode adotar para se tornar efetivamente participativo e antirracista?

Como as experiências de representatividade política de meninas negras podem inspirar a Organização do Trabalho Pedagógico?

Quais mudanças são necessárias à formação de professores para consolidar uma escola antirracista?

Referências

CASTRO, L. R. de. Teorizar sobre a infância desde uma perspectiva descolonial.

CASTRO, L. R. (Org.) **Infâncias do Sul Global**. Salvador; EDUFA, 2021.

CARINE, Bárbara. **Querido estudante negro**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Avaliação educacional**: caminhando pela contramão. 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MASON, Mark. Comparações entre culturas. In: BRAY, Mark; ADASON, Bob; MASON, Mark (org.). **Pesquisa em educação comparada**: abordagens e métodos. Brasília, DF: Liber Livro, 2015.

MORAIS, Lucimara Gomes Oliveira de; WIGGERS, Ingrid Dittrich. A escuta das crianças em pesquisas acadêmicas: autorretrato e o lápis cor de pele. In: CORSINO, Patrícia;

PEREIRA, Marcelo de Andrade (org.). **Sujeitos, práticas e resistências**. Manaus: EDUA, 2024. p. 87-97.

SANTOS, Petra Horrana Almeida dos. **Abordagens avaliativas nos Projetos Político-Pedagógicos de Escolas Classe de Ceilândia-DF**. 2024. 46 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2024.

SILVA, Otávio Henrique Ferreira da; CAETANO, Rafaelle Stéphanie Oliveira; NANÔ, João Paulo Lisboa. Meninas negras e política: combatendo o racismo e fomentando a participação delas no espaço público. **Cadernos Pagu**, n. 58, 2020.

TOBIN, J. WU, D. Y.; DAIDSON, D. H. **Preschool in Three Cultures**: China, Japan and the United States. New Haven: Yale University Press, 1989.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas (Org.). **Conversas sobre avaliação**. Campinas: Papirus, 2019.

Villas Boas, B. M. F.; MORAIS, LUCIMARA; FERREIRA, C. S.; DIAS, E. T. G.; SARDINHA, L. C. S. C.; SOARES, E. R. M.; OLIVEIRA, R. M. S. E.. **Lugar da Avaliação nos Projetos Políticos Pedagógicos de Escolas Públicas do Distrito Federal**, ed.1. Curitiba: CRV, 2025, v.1., p.152.